13:09 23%

Quanto custa o STF?

A justiça é inestimável, o Judiciário não

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Se você pensa que o Judiciário é caro, o Judiciário não é caro, não. Melhor fazer a pergunta correta: quanto vale a jurisdição?

Foi mais ou menos assim que Luís Roberto Barroso, presidente do STF, deu a nos explicar que o "*custo da Justiça pode parecer alto, mas o da falta de justiça é bem maior*" ("Quanto vale o Judiciário?", **Folha**, 25 de fevereiro).

Ao converter a pergunta orçamentária — *quanto custa* — numa pergunta moral — *quanto vale*, Barroso abriu uma trilha que não vai nos ajudar a explicar um dos sistemas de Justiça mais caros e juízes entre os mais bem remunerados do mundo. Em números absolutos ou relativos.

Barroso reduziu as finanças a tema menor. Deu três justificativas sintéticas: a Justiça brasileira é "*provavelmente, a mais produtiva do planeta*"; temos "*alguns dos profissionais mais bem preparados do mercado, embora ganhem menos do que atores de sucesso no ambiente privado*"; e "*para quem preza a questão financeira, o Judiciário arrecada para os cofres públicos cerca de 70% do que despende*".

A primeira é empiricamente impressionista e ecoa a mitomania magistocrática. Sem uma definição de produtividade e sem dados comparados, sobra só o chute. Não basta a autoafirmação de produtividade, nem um número bruto de "quantas sentenças". Sem falar da presunção de trabalhar mais que qualquer outra carreira pública no país.

A segunda ecoa arroubo corporativista, segundo o qual cada juiz abre mão de ser advogado rico na Faria Lima e faz sacrifício pelo bem público. Um grito de injustiçados.

A terceira expressa um erro conceitual e induz correlação artificial entre o quanto decisões judiciais contribuem para a arrecadação fiscal e a justificativa de seus salários (e melhor não problematizar o número de 70%). Imagine quanto mereceria ganhar, por esse critério, um agente da Receita Federal.

Mas a ousadia do argumento foi partir para a metafísica e destacar a imaterialidade da justiça. "Justiça é gênero de primeira necessidade. Há na sua atuação um valor inestimável, que não se mede em dinheiro. Coisas que têm valor, mas não têm preço."

Entre as coisas sem preço, enumerou "correção de injustiças, pacificação social, punição de crime, proteção do consumidor, do meio ambiente e da saúde". Não surpreende a ausência de "proteção do trabalhador".

A justiça é inestimável, o Judiciário não. Seus descompassos remuneratórios e despesas mal explicadas devem estar sujeitos a escrutínio público real. A incomensurabilidade da prestação da justiça não faz de quem a presta uma autoridade indevassável e incriticável.

Não conheço quem discorde da essencialidade da Justiça. Nem alguém que, com base nessa premissa, justifique desperdício, promiscuidade, remuneração ilegal, indiferença a conflitos de interesse e negociações de constitucionalidade para garantir toda uma variedade de "auxílios-dignidade" (às vezes retroativos).

Justamente porque a prestação da justiça é inestimável, não é legal que ministros aceitem convite, direta ou indiretamente remunerado, para terem com empresários encontros interessados. Ou que aceitem viagens patrocinadas pelos atores econômicos e políticos que julgam no dia a dia.

Mas Barroso tem razão ao afirmar que a pergunta sobre o custo do Judiciário transcende a dimensão financeira. E se o valor da justiça é intangível, o desvalor da injustiça cruel também é.

O debate sério olha para fatos, não abstrações normativas. Precisamos de um método para calcular, por exemplo, quanto custa o STF para o país. Uma resposta para além da planilha, que aponte o aumento ou redução de sofrimento humano e de concentração de riqueza gerados por suas decisões.

Importante estimar, fora da linguagem financeira, quanto custa o apoio do STF à precarização do trabalho ou o atraso em invalidar a criminalização do porte de drogas. E reconhecer seu acerto em controlar operações policiais em favelas, que reduziu letalidade. E o acerto tardio em se enfrentar Bolsonaro, depois de tantas oportunidades de sancionar uma carreira política construída na delinquência política.

O STF cria agora um inovador programa de transferência de renda de aposentados para empresas que confessaram corrupção e celebraram acordos de leniência: assessorados por times de advogados. Alegam tortura e pedem suspensão da multa. O neolavajatismo, como o lavajatismo, não tem preço.

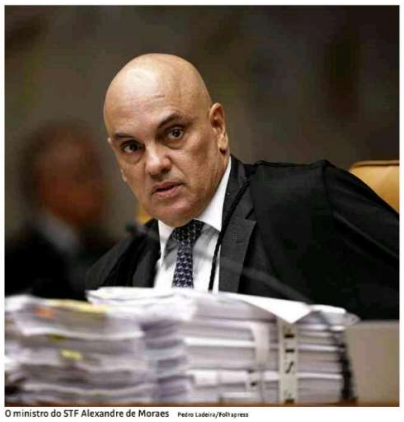
Bom observar quem perde e quem ganha. Algo estimável e personificável.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Moraes apresenta tese sobre milícia digital e golpismo para vaga na USP

Candidato único a professor titular, ministro do Supremo aborda riscos ao processo eleitoral em 298 páginas

William Castanho e Ana Gabriela Oliveira Lima



O ministro do STF Alexandre de Moraes Pedro Ladeira/Folhapress

SÃO PAULO Alexandre de Moraes, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), apresentou uma tese sobre milícia digital e golpismo —com 298 páginas, obtida pela **Folha**— para concorrer a uma vaga de professor titular na Faculdade de Direito da USP. Ele é o único candidato ao cargo na área de direito eleitoral.

A Congregação da Faculdade de Direito vai escolher a banca examinadora do concurso nesta quinta (29). Depois, será feito o calendário com as próximas fases do concurso. Atualmente, Moraes é professor associado da USP.

O ministro é relator de investigações que envolvem atos antidemocráticos e trama golpista que supostamente teria sido planejada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seu entorno depois das últimas eleições gerais, que deram a vitória ao presidente Lula (PT).

Na última quinta-feira (22), o ex-presidente foi convocado pela Polícia Federal para falar sobre sua suposta participação na trama, mas permaneceu calado.

Apesar da estratégia, Bolsonaro falou sobre uma minuta golpista durante ato na avenida Paulista, no domingo (25), o que pode pesar contra ele nas investigações.

A tese de Moraes, apresentada como requisito parcial para a participação no concurso, tem como título "Direito eleitoral e o novo populismo digital extremista: liberdade de escolha do eleitor e a promoção da democracia".

O trabalho trata da legislação sobre "combate à desinformação, notícias fraudulentas, discursos de ódio e antidemocráticos", liberdade de escolha e expressão e atuação da Justiça Eleitoral.

Segundo a Faculdade de Direito da USP, Moraes trabalha atualmente na universidade como professor associado em tempo parcial, regime de trabalho que deve ser adotado caso ele passe no concurso, uma vez que a vaga não exige, obrigatoriamente, dedicação exclusiva.

Na tese, o ministro argumenta que as redes sociais e serviços de mensageria têm sido instrumentalizadas por um "novo populismo digital extremista" para interferir no direito de escolha dos eleitores e corroer a democracia. O ministro chama as milícias digitais desses novos populistas de "verdadeira infantaria virtual antidemocrática".

Moraes também argumenta que, depois das eleições de 2022 e dos ataques do 8 de janeiro, não é possível crer que as big techs não tenham conhecimento dessa instrumentalização.

Apesar de citar as últimas eleições gerais e falar no golpismo do 8 de janeiro, o ministro não cita nominalmente o presidente Lula ou o ex-presidente Bolsonaro.

"Não é crível, portanto e especialmente após as eleições de 2022 e a tentativa golpista de 8/1/2023, que os provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada não tenham total consciência de sua instrumentalização por diversas milícias digitais — a serviço do novo populismo digital extremista— para divulgar, propagar e ampliar inúmeras práticas ilícitas nas redes sociais; inclusive no gravíssimo atentado ao Estado Democrático de Direito e na tentativa de destruição do Poder Judiciário, em especial, do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto", afirma um trecho da tese.

Por causa disso, o ministro defende que essas empresas sofram "sanções civis, solidariamente, às pessoas jurídicas e físicas responsáveis, que, no caso de conduta dolosa comissiva ou omissiva, também deverão responder penalmente pelas condutas ilícitas praticadas".

Em outro trecho, Moraes compara os métodos de desinformação veiculados na internet a métodos nazistas.

"O novo populismo digital extremista evoluiu na utilização dos métodos utilizados pelos regimes ditatoriais que chegaram ao poder no início do século 20 — regimes nazista e fascista—, com aprimoramento na divulgação de notícias fraudulentas, com patente corrosão da linguagem, na substituição da razão pela emoção, no uso de massiva desinformação, no ataque à imprensa livre e à independência do Poder Judiciário", afirma.

O ministro defende regras mínimas de caráter preventivo e repressivo para combater a desinformação.

Ele sugere que provedores das redes sociais e de serviços de mensageria privada sejam legalmente equiparados aos outros meios de comunicação, e que sejam "solidariamente responsáveis, civil e administrativamente: (a) por conteúdos direcionados por algoritmos, impulsionados e publicitários cuja distribuição tenha sido realizada mediante pagamento ao provedor de redes sociais", dentre outras medidas, como a regularização do uso de inteligência artificial.

Na terça-feira (27), o TSE criou regra para o uso de inteligência artificial e proibiu deepfake nas eleições de 2024.

Toffoli anula uso de provas da Odebrecht em ação contra Delcídio

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli anulou as provas da leniência da Odebrecht em uma ação derivada da Operação Lava Jato contra o ex-senador Delcídio do Amaral.

Essa decisão de Toffoli é uma extensão das determinações que já vêm sendo dadas pela corte nos últimos anos, desde que Ricardo Lewandowski, que se aposentou do Supremo e se tornou ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Lula (PT), era relator de processos relacionados às provas do acordo da empreiteira.

Com a decisão, o processo contra o ex-senador, que tramita na 36ª Zona Eleitoral de Campo Grande, deve ser arquivado. No ano passado, outra ação que corria contra Delcídio teve o mesmo destino.

"Defiro o pedido constante desta petição e estendo os efeitos da decisão (...) para declarar a imprestabilidade, quanto ao ora requerente, dos elementos de prova obtidos a partir dos sistemas Drousys e My Web Day B, utilizados no Acordo de Leniência celebrado pela Odebrecht", afirmou Toffoli em sua decisão.

O Drousys e o MyWebDay da Odebrecht, respectivamente, eram os nomes dos sistemas de comunicação interna e de contabilidade e controle de pagamentos de vantagens indevidas realizados pela empreiteira.

Inicialmente, o uso como prova desses sistemas eletrônicos havia sido invalidado no Supremo, sob o argumento de que mensagens dos procuradores responsáveis mostraram que não houve o devido manuseio dos arquivos apresentados.

Além de invalidar as provas, Dias Toffoli também suspendeu, em janeiro passado, o pagamento de uma multa que tinha sido acordada pela empreiteira junto ao Ministério Público em 2016.

Na ação em pauta, Delcídio é acusado pelo Ministério Público Eleitoral de Mato Grosso do Sul por repasses que recebeu da empreiteira para quitar dívidas de campanha de 2014, quando tentou se eleger governador do estado pelo PT.

A defesa do ex-senador argumentou que "para sustentar a denúncia, o Ministério Público Eleitoral citou os documentos obtidos por meio do sistema 'Drousys' e do Acordo de Leniência da Odebrecht por pelo menos 10 vezes".

Esta não é a primeira ação contra Delcídio cujas provas foram anuladas por Dias Toffoli.

O ministro do Supremo também aceitou um pedido de extensão em outra ação relacionada ao político, em agosto do ano passado.

O ex-senador era líder do governo Dilma Rousseff (PT) quando foi preso, em novembro de 2015, após ter sido gravado pelo filho do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, Bernardo Cerveró.

Posteriormente, Delcídio afirmou que, se o episódio ocorresse hoje, com os novos rumos dados à Lava Jato, ele não teria ido para a cadeia.

O dele foi o primeiro caso de um senador detido durante o exercício do seu mandato.

Delcídio se tornou delator posteriormente e teve o mandato cassado por quebra de decoro em 2016.

Nas eleições de 2022, Delcídio concorreu a deputado federal pelo antigo PTB (atualmente PRD), mas não conseguiu se eleger.